

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>

CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)


Rafaella Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Françuasy Martins Nascimento


Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990


Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG


Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MIDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva

Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL


André Pimenta Mota





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOURO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOURO DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 14..... | 186 |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO Gabriel Bacarol Kerber | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214 | |
| CAPÍTULO 15..... | 194 |
| ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT Alex Pereira de Sousa | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215 | |
| CAPÍTULO 16..... | 204 |
| A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL Francisco Rangel dos Santos Sá Lima Cícero Nilton Moreira da Silva | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216 | |
| CAPÍTULO 17..... | 212 |
| CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI André Soares Ferreira | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 224 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 225 |

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Data de aceite: 01/02/2022

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Docente do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Maestro em Ciência de la educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA – Py. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade federal do Amapá – UNIFAP.
Bacharel e Licenciado pleno em Geografia – Univ. Federal do Pará (UFPA)
<http://lattes.cnpq.br/7374815617551279>

Hilene Marilan Lima Rodrigues

Pedagoga (UNIFAP). Bacharel em Direito – Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), BR. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade da Amazônia (UNAMA)
<https://orcid.org/0000-0002-7130-1535>

RESUMO: o presente trabalho pesquisou sobre o lugar dos camponeses da agricultura familiar e as suas contribuições para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais do Amapá. E o problema originou-se da seguinte dúvida: como o lugar dos camponeses da agricultura familiar podem contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá? Considerando que este tema não tem se mostrado com frequência, entre os debates na comunidade científica, na ordem atual, nas questões políticas e socioambientais de

interesse dos camponeses. Assim, objetivo geral foi: descrever as contribuições dos lugares dos camponeses da agricultura familiar para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá. Perspectivas desta natureza, dirimiram a empreitada em busca de respostas ao problema suscitado nesse trabalho. Os instrumentos de coleta de dados foram: as fontes primárias, os dados bibliográficos, as observação participante e entrevistas. Os resultados obtidos foram: os lugares dos camponeses da agricultura familiar do Amapá a pesar de pouco conectados aos programas de gestão pública, mesmo assim apresentam enorme potencial capaz de contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá. De modo que há necessidade da integração dos saberes e das experiências dos camponeses ao conhecimento formal, no sentido de permitir a criar novos mecanismos e, alternativas para o equilíbrio e para o desenvolvimento das comunidades agrícolas do Amapá. Perceberam também, que ao estudar determinadas categorias geográficas, no caso o lugar e o espaço, as dúvidas sobre as suas naturezas, assim como os seus limites entre as categorias, ainda são indefinidas. Estas informações irão dar sustentação às atitudes individuais e coletivas sustentáveis às comunidades camponesas.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes e experiências. Camponeses. Agricultura familiar. Equilíbrio e desenvolvimento.

THE PLACE OF TRADITIONAL MIDWIVES RIVER AMAPÁ

ABSTRACT: this paper researched the place of traditional midwives river Amapá and its connections with social and environmental policies. And the problem occurred from the following question: how the knowledge of coastal TBAs can contribute to the connection and settings of social and environmental policies to the Amapá? Considering that this topic has not been shown often debates among the scientific community, in the current order, political and environmental issues of interest to traditional communities. So overall objective was to describe the contributions of traditional knowledge developed by the riverside midwives, for the connection and settings of social and environmental policies, to Amapá. Uncertainties of this motto, dirimiram the contract for answers to the question raised in this work. The data collection instruments were: primary sources, bibliographic data, participant observation and interviews. The results were: knowledge of traditional midwives riverside of Amapá, in spite of not being connected to the environmental public administration programs, but have great potential able to contribute to the connection and the public policy adjustments, to Amapá. So there is need for integration of traditional knowledge developed by the riverside midwives to formal knowledge, to allow to create new mechanisms and alternatives to the adjustment of public policies. Evidence of this information will give support to the various individual and collective attitudes sustainable local community.

KEYWORDS: Traditional knowledge. Riparian Midwives. Socio-environmental policies.

1 | INTRODUÇÃO

Deixar um lugar, partir ao encontro de outro, estar aqui ou estar ali, sair daqui e ficar acolá são as palavras de maiores expressões que se utilizam durante o cotidiano do mundo- vivido pelos camponeses e, que indicam a trilha de perspectivas na busca de respostas, as quais podem indicar o sentido e o significado desta categoria de análise geográfica para os seu ocupantes, ao mesmo tempo em que exploram aspectos que podem configurar as ideias de que os saberes e as experiências tradicionais utilizadas por eles, são imprescindível, para os ajustes das políticas e para o desenvolvimento da sua agricultura familiar, no Amapá. Essas correlações de sentidos nos levam a indagar: como os saberes e as experiências dos camponeses da agricultura familiar podem contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do estado?

Dúvidas deste mote, na maioria das vezes nos impõem dificuldades para o entendimento de que, o equilíbrio e o desenvolvimento socioambiental dos lugares defendidos pelos camponeses, são resultantes das suas práticas e das suas experiências apreendidas ao seu modo de vida, o qual dá sentido e significados às suas existências, modos existenciais constituídos de fatos que nos permitem acreditar e, considerar também que os modos de organização dos camponeses, enquanto marcas indenitárias territoriais e espaciais, produzem sentidos e significados a existência dos seus lugares de vivência. Assim, o objetivo deste artigo é: descrever as contribuições dos saberes e das experiências dos camponeses da agricultura familiar, para o equilíbrio e para o desenvolvimento

socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá.

Nesse sentido, os lugares constituídos pelo conhecimento e pelas experiências destes sujeitos camponeses e, utilizados como categoria de análise geográfica, são capazes de contribuir, para o equilíbrio socioambiental no desenvolvimento e na expansão da agricultura familiar, considerando as duas condições principais em que saberes e experiências no decorrer da produção do artigo podem materializar-se: Na condição principal, uma vivência realizada entre os camponeses (as) que moram nas várias comunidades do espaço amapaense e que tem como lugar de encontros entre si e o pesquisador, os Municípios de Porto Grande e o Município de Macapá.

São entes municipais que concentram as maiores comunidades camponesas, assim como, as diversas intenções socioespaciais, para o desenvolvimento da agricultura familiar. Na condição secundária considera-se a vivência e as experiências das comunidades camponesas que se iniciam nas próprias comunidades de origem, durante aos traslados e as suas conexões com as demais comunidades visitadas e, entre os retornos delas, aos lugares de origem.

Estas conexões têm nos evidenciado certas situações de dificuldades vividas pelos camponeses tais como: as suas indiferenças, as inconsistências, o senso comum dentre outros aspectos que podem contribuir para a instabilidade e o reduzido teor de conectividade entre as experiências, as práticas dos camponeses e a dinâmica do mundo contemporâneo, capazes de contribuir para o equilíbrio e para o desenvolvimento da agricultura família, do meio e do ambiente do Amapá. Questão que, ainda se manifesta em desfavor de coletivos de indivíduos, como rastros do mundo contemporâneo, na medida em que os lugares constituídos a partir das potencialidades, da criatividade e das habilidades desenvolvidas por comunidades originárias, pouco ou quase nada tem sido integrado como possibilidade à melhoria das políticas, socioambientais para o estado.

2 | O LUGAR DOS CAMPONESES DO AMAPÁ NA CONJUNTURA GLOBAL

Evidenciar os camponeses do Amapá, por meio das práticas agrícolas familiar é recordar historicamente o que disse Andrade (1988, p. 75), que uma das formas de reorganização e modernização do processo de dominação imperialista sempre foi a da fragmentação dos territórios e dos espaços de vidas dos seus oponentes, observadas em nível de estados, assim como em nível de distribuição entre os Estados, das várias nações e de grupos sociais. Por conta desse mecanismo mundializado, o processo de resistência designado por meio das ‘grandes revoluções sociais do século passado e início deste novo século’, tem se realizado, a partir da reorganização dos camponeses, tendo-os sempre como bases, os fundamentos de suas ações constituídos para provocar a quase desestruturação e balanço das velhas ordens políticas.

No Brasil, não tem sido tão diferente, as quais desde o século XIX, também se

evidenciam pelas lutas dos camponeses, emitindo propostas radicais de transformações sociais. Estas potencialidades políticas de organização desenvolvidas pelos sugere mudança de perspectiva, ao pensa-los, como sujeitos que fazem parte de uma comunidade inovadora das ações no campo, invertendo o sentido e o significado da imagem do camponês como comunidades tradicionais, ainda embebidas nas fontes do viés do atraso, do retrógrado, dentre outros adjetivos propostos a estes sujeitos.

Ao contrário quando se pensa ingenuamente em que a tradição e a cultura do camponês tradicional não mais apresentam influências no cotidiano do campo, é preciso se colocar em alerta em função da enorme potencialidade que manifestam-se por meio dos saberes e das experiências tradicionais, nas tomadas de decisões e nos acontecimentos que envolvem estas comunidades.

As formas de reflexões sobre essas perspectivas podem ser realizadas, a partir de exames dentre os fatores de transformações que modificam as relações sociais, que os reconhecem, ou que os ignoram a natureza da agricultura tradicional e familiar, a qual possibilita a sua invenção e reinvenção. Esse novo olhar pôde ser constado por meio da expressão "essas mudanças serão encaradas como mudanças políticas, de modo que a inovação cultural aplicada pelos camponeses, apareça na sua natureza política, como fonte de legitimidade e de alternativas opostas à legalidade vigente" (MARTINS, 1989).

É nesse contexto, que os camponeses e a agricultura familiar no Brasil, articula-se e insere-se, enquanto parcela das diversas comunidades que comportam os camponeses de modo geral, participando e contribuindo para a movimentação sociopolítica, preconizada pelos trabalhadores rurais, em suas lutas diversas por melhores espaços na produção e no consumo dos seus lugares, permitindo dessa forma compreender o sentido dessas ações de resistências, sob a evocação das falas, dos gestos, das canções e das formas modificadas nas relações de sociabilidade em que as novas estruturas de manutenção da ordem atual, começam, a dar mais atenção em detrimento dos impactos e dos efeitos gerados por esses movimentos de reação sociopolíticos, sobretudo no final do século passado e no início da primeira metade, deste século.

No intercâmbio desse movimento é importante ressaltar que nem Marx ao estudar os camponeses foi capaz de demonstrar os entraves que acompanham a trajetória destas comunidades durante a constituição dos seus lugares, tal como estes se apresentam no sistema capitalista mundial desenvolvido. Mas, também pode ser mais difícil ainda, não tomar como base fundamental o estudo sobre os camponeses ou do campesinato do século XX, sem considera como ponto de partida os estudos das concepções de Marx, sobre o modo de organização dos lugares dos camponeses familiar, no contexto dessa problemática,

Ou seja, sem uma compreensão crítica da economia capitalista, a qual sempre dirimiu os destinos também da economia camponesa familiar, em que pese, se reproduzem sempre, submetida a partir da lógica da dinâmica do capital global. Em relação a problemática

específica da pequena e da média produção rural é notável que as incomodações que aguçavam esse autor contribuíram fortemente no sentido de fomentar elementos teóricos importantes, sobre as questões que se refere aos camponeses, ainda que não tenha tratado de todos os principais elementos necessários à sua compreensão.

Porque ao falar do camponês é necessário ao mesmo tempo analisa-lo, a partir de uma perspectiva do capital, considerando o seu conjunto de estratégias operacionais, assim como também considerar o processo global de produção e, de circulação, em função de que a produção camponesa familiar para se manter, precisa ser compreendida também, como um elemento que está inserida, na produção do capital global.

Essa lógica no entendimento do autor demonstra a conexão existente entre os principais processos que regulam a condução das perspectivas e dos objetivos da hegemonia mundial, afastando certas possibilidades de condução e de reprodução independente e com uma lógica própria do modo de vida dos camponeses. Essa mecanização sistêmica pode ser observada no dizer de Vergés (2011, p. 2):

“Se não entendermos que os meios de produção, mesmo aqueles que estão nas mãos do camponês, se reproduzem por meio da dinâmica do capital e que todo excedente cedido pelo trabalhador direto, seja ele operário ou camponês, transforma-se em mais-valia capitalizada, e se também não entendermos, enfim, que todo rendimento orientado ao consumo do trabalhador funciona como parte do capital variável global, não entendemos nada”.

De modo bem próximo, o autor, alerta no sentido de que se ficarmos presos a “todas” as regras do capital de modo em que, não seja possível esquivar-se delas, talvez não conseguiremos extrapolar as determinações mais gerais da reprodução camponesa familiar, inseridas no capitalismo, porque numa perspectiva mais contundente, os meios de produção dos camponeses familiar até certo ponto, não são considerados como capital.

Além disso o mecanismo por meio do qual o camponês deixa de receber o lucro e se auto consigna receber um salário, pode funcionar precisamente, em função de que no interior da unidade socioeconômica camponesa ainda, não atuam os mecanismos, de salários e de lucros ou de exploração ou expropriações. Isso significa que “a tarefa de estabelecer a especificidade imanente dessa unidade socioeconômica está, em grande parte por realizar-se” (VERGÉS, 2011, p. 3).

Nesse sentido, é possível perceber que os lugares dos camponeses da agricultura familiar são categorias geográficas constituídos, a partir dos embates em torno do caráter da produção camponesa e do seu modo próprio de ação e reação no contexto de uma formação capitalista ou não, os quais se avolumam mais em função do enfoque metodológico, por meio do qual se trata a questão. Todavia, os problemas que envolvem a produção e a participação socioeconômica dos camponeses de modo geral, assim como dos agricultores familiar, sempre foram tratados a partir de uma enfoque histórico-genético.

Isso demonstra que os processos de desagregação que operam sobre o universo

camponês quando submetido, por um modo de produção diferente, daquele que lhes deram origem, são os principais responsáveis pela desarticulação destas formas de organização no campo. No caso dos camponeses brasileiros, a situação não é tão diferente, notadamente estas comunidades são na maioria descendentes de diversas etnias, as quais notadamente produzem e se reproduzem conforme o modo próprio de organização destas comunidades.

Todavia, é importante ressaltar que a existência da pequena e da média produção camponesa nas sociedades capitalistas devem ser explicitadas logicamente por meio da operação da lei econômica básica do capitalismo, porque a partir desse entendimento os conceitos de heranças históricas ou remanescentes do passado podem ser considerados elementos improcedentes, para explicar os fatores responsáveis pela sua desarticulação ou desestruturação, pois pensar e solucionar situações histórico-genética a um problema lógico-estrutural, de uma formação social que se reproduz pela operação de um modo de produção e através de mediações específicas, deve ser coerente dentro de seu nível de análise e não se utilizar de supostos mecanismos histórico-genética para resolver dificuldades teóricas de organização política ou ideológica de formação, dos camponeses.

31 O LUGAR DOS OS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO AMAPÁ E OS SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A categoria lugar, compreendida apenas como aspectos físicos e materiais, gerando medidas de dimensões, atividades locais, profundidade dentre outros sentidos fixos, não é suficiente para apresentar elementos capazes de conectar experiências e imaginação acionados por sujeitos sociais, em suas interações e comunicações cotidiana e, tão pouco, como mecanismo de constituição e compreensão da sua existência. Nesse contexto, o potencial dos saberes e das experiências dos camponês do Amapá, se constitui neste artigo como possibilidades de experiências espaciais, adquirindo sentidos que permitem refletir sobre as relações destes sujeitos com o seu lugar de origem, assim como, por onde eles se deslocam ao exercício das suas funções, permitindo dessa forma a conduzir-nos também, para uma certa compreensão sobre as formas de organização destas comunidades as quais experiências se, as políticas de vida desenvolvidas no contexto do mundo vivido por estes sujeitos.

Esse tipo de relações permite entender claramente as ideias que fundamentam a geografia clássica, as quais permearam a constituição do conceito de lugar desde o início do século XX, quando os estudos e a confecção de mapas eram os instrumentos que fundamentavam a disciplina, indicando que o lugar em seu sentido locacional definia a ciência geográfica. Nesse sentido, essa categoria passa a ser determinada politicamente como objeto de estudo da ciência geográfica.

Essa afirmação se reforça por meio da expressão utilizada por La Blache, 1923, citado por HELPH, 1976) “a geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” é um dos

exemplos mais contundente de que o conhecimento geográfico é um dos instrumentos de grande valia, para a compreensão e para a explicação sobre a natureza dos lugares enquanto categoria de análise. Esta certificação alia-se ainda, a visão grafada por Hartshone (1959) citado por Helph (1976) de que “as integrações que a geografia deve analisar são aquelas que variam de lugar para lugar”, essa concepção do pensamento geográfico sobrepôs-se, entre si, aliando-as por mais ou menos meio século de entendimento entre os geógrafos.

Nesse sentido, a relação do conceito de lugar com a disciplina geografia, buscando a constante objetividade, praticamente inviabilizou outras considerações que permitissem extrapolar o seu significado locacional. No que se refere aos lugares produzidos pelos camponeses do Amapá, em sentido locacional, não foi diferente o seu entendimento porque pouco ou quase nada contribuiu, para conexão, para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais das comunidades camponesas do Amapá, em função da pouca valorização e do pouco reconhecimento dos saberes e das experiências tradicionais desenvolvidas por eles, na perspectiva de proporcionar à melhoria e ao aperfeiçoamento dos programas de implementação da agricultura familiar.

A reduzida conexão entre esses elementos, permite mostrar a importância em que foi desvincular o lugar do seu sentido locacional, porque, a utilização da natureza desta categoria geográfica é algo que está além da ciência e, que a mesma, apresenta conteúdos com fortes indícios capazes de proporcionar o equilíbrio e o desenvolvimento socioambientais das comunidades agrícolas do Amapá.

Porque independente da análise resultante das relações entre os lugares, a geografia e as políticas de implementação dos mecanismos de desenvolvimento dos setores de produção e de consumo, no caso em questão da agricultura familiar dos camponeses tradicionais, os estudos geográficos sempre estiveram vinculados também, a outros conceito tais como: de paisagem cultural, de território, de espaços, dentre outros, em função de que pode ser visto nessas estruturas, o agente, a área natural e ainda, o meio e o resultado das ações humanas coletivamente, demonstrando, vinculando e incorporando fortes elementos subjetivos, os quais remetem-se ao conceito de lugar dos camponeses da agricultura familiar, intrincados nestas estruturas.

Assim, a subjetividade dos saberes e das experiências dos camponeses do Amapá implícita no conceito de lugar, pode ser constatada no que está descrita por Sauer: “os fatos da Geografia, são fatos dos lugares, a sua associação por exemplo, origina o conceito de paisagem” tais ideias proporcionaram indícios, de influências qualitativas no caráter da percepção dos lugares pelos geógrafos humanistas, durante os estudos geográficos, naquele momento (SAUER, 1983 citado por HOLZER, 1999, p. 68).

Compreensão deste porte também foi observada por Dardel, quando propôs um estudo fenomenológico da geografia, referindo-se a geografia vivida em atos, a partir da exploração do mundo e da ligação do homem com a sua terra natal dizendo: “ Há a relação do homem com a terra.... como modo de sua existência e de seu destino”, e continua: “a

situação de um homem supõem um espaço onde ele se move, um conjunto de relações e de trocas, de direções e de distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência (DARDEL, 1990 citado por HOLZER, 1999, p. 2).

Percebe-se o intenso esforço para se definir e demonstrar, o sentido e o significado do lugar, o qual já entendido muito além, de uma natureza locacional, possibilitou abrir enorme possibilidades, para que a geografia humanística avançasse, sobre a natureza e o significado dos lugares, a partir do envolvimento conectivo das experiências e das práticas dos camponeses e de outras comunidades, como modo de organização destes sujeitos, do Amapá,

Práticas e experiências desse tipo devem ser absorvidas durante os programas de gestão pública, enquanto saberes que podem proporcionar grandes contribuições ao equilíbrio e ao desenvolvimento social e cultural, às comunidades camponesas da agricultura familiar, considerando as diversas formas de relações entre estes indivíduos e entre eles e a natureza. É claro que, para assegurar certos aspectos que constituem o lugar de direito e de fato dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, como elemento que possui natureza impactante, na estrutura de determinado processo, é bem aceito as ideias de Bernardes (2011) quando adverte: “a definição de certos aspectos do real é por princípio uma análise” (BERNARDES, 2011, p. 168)

Isso significa que é desarticulando e rearticulando as peças de um processo de organização socioeconômico, que se pode conhecer o modo de vida dessas comunidades, os quais são movidos pelos saberes e pelas experiências tradicionais no campo, são ao mesmo tempo, responsáveis pela promoção da sua essência e da sua identidade como elementos de formação dos lugares dos camponeses.

Por que é por meio deste exercício de relações que os sujeitos ocupam seus espaços, constituindo e promovendo os lugares da sua existência, em função de que a constituição dos lugares da existência humana pode ser percebido e constituídos a partir de um movimento que, gira em torno da solidariedade, do sentimento coletivo, da confiança nas práticas e nas ações de comunhão dos indivíduos, aplicadas por eles, no sentido de contornar, tipos de fronteiras que em determinadas situações exigem destes sujeitos certas habilidades, as quais são especificidades próprias desenvolvidas como estratégias, para a prestação dos serviços e de atendimento as demandas individuais e coletivas de suas comunidades, as quais manifestam-se, a partir de decisões de políticas de atitudes próprias destas populações.

Lukermann (1964), em se tratando do lugar, foi um dos primeiros num diálogo com a obra de Sauer, a discutir sobre as suas propriedades locacionais e, a definir a geografia como ciência dos lugares, não mais no sentido clássico, enquanto sugerido por La Blache, mas, devendo-se enfatizar, desta categoria geográfica o relativo, o cultural, as experiências históricas da humanidade e as suas relações aos atributos físicos da área, fazendo o estudo completo da área, o estudo dos lugares (LUKERMANN, 1964 citado por HOLZER,

1999, p. 68).

Essa relação direta com os lugares constituídos por meio dos saberes e das experiências tradicionais dos camponeses da agricultura familiar do Amapá e, que pode apresentar grandes potencialidades para se conectar e a promover o equilíbrio e o desenvolvimento socioambiental, das comunidades agrícolas, o que se percebe é o pouco ou o quase desconhecimento das estruturas de constituição destas comunidades, dificultando assim, a sua integração e conexão com as políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, a utilização das experiências históricas e dos atributos geográficos, nos remetem ao que Tuan (1979 citado por Holzer, 1999, p. 70), já chamara atenção quando se refere “o mundo é um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, ele é o reino onde a história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos, é deste ponto de vista que a Geografia deve se apropriar”.

Acredita-se com isso, que o mundo do qual esse autor se refere é constituído por todos os lugares que são, os pequenos mundos, pois o conteúdo destes mundos podem ser os mesmos para todos os sujeitos, mas, apresentando-se com maior ou menor grau de complexidade ou sejam, ambos produzidos pela consciência humana e por suas relações intersubjetivas com as coisas e com os outros, gerando os campos de preocupação políticas entre os indivíduos que criam e recriam suas histórias tendo como principais suportes as intenções coletivas familiar e, que o saber geográfico deve dar conta de esclarecer.

Com base nessa “lógica”, Tuan (1979), propôs discutir o lugar, a partir de duas óticas: a do lugar como localização e a ótica do lugar como artefato único, a segunda condição para ele é a mais apropriada em função de que o lugar manifesta mais substâncias do que nos sugere a palavra localização e diz:

“Ele é uma entidade única, um conjunto especial que tem história e significado, ele também encarna as experiências e as aspirações das pessoas, ...o lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e, compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhes dão significado. De modo que, a preocupação dos geógrafos humanistas, norteados pelos preceitos da fenomenologia foi definir o lugar enquanto uma experiência que se refere ao espaço vivenciado pelos seres humanos, um centro gerador de significados geográficos, relação dialética com o constructo abstrato que se denomina de “espaço” (TUAN, 1979 citado por HOLZER, 1999, p. 70).

Essa referência feita por Holzer, esclarece bem a relação de diferença entre espaço e lugar mostrando que: “o espaço não é uma ideia, mas, é um conjunto de ideias”. No entanto, “o lugar é um espaço estruturado, é necessariamente constituído, a partir das experiências que temos do mundo”. Nessa análise Helph amplia essa assertiva demonstrando que “o espaço é amorfo e intangível e, não uma entidade que possa ser diretamente analisada e descrita”. Contudo, ele está sempre próximo e associado ao sentido ou ao conceito de lugar.

Assim, ao analisar-se a sua natureza, foi possível perceber o sentido e o significado

desta categoria para os camponeses da agricultura familiar do Amapá, o que possibilita, toma-la como a principal referencia, o espaço existencial ou vivido, o qual é representado pelo significante de uma cultura particular que é humanizada pela nomeação dos lugares, por suas qualidades para o homem e, por fazê-lo suprir melhor as necessidades da humanidade (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 71).

Nessas entrelinhas, concebe-se que o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, podem estar conectados informalmente, com os demais lugares constituídos pelas ações dos diversos segmentos sociais, porquê de acordo com essa concepção o mesmo apresenta uma personalidade e um sentido particular, resultante também das suas qualidades físicas e das suas modificações que lhes são impressas, por meio das sucessivas ações humanas. Ações e modificações dessa natureza só podem ser concretizadas e compreendidas conforme Relph (1976, p. 4), “se for possível excluir as crenças nas explanações e nas considerações existentes e, igualmente, sobre os nossos próprios preconceitos, tentando colocar-nos na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno nos lugares”.

Todavia essas crenças e considerações podem ampliar ou retroagir o grau de complexidade da percepção de cada um dos sujeitos, sobre os lugares, tanto dos que se encontram incluídos, quanto daqueles que se encontram, fora do processo da sua constituição. Nessa perspectiva o sentido e o significado dos lugares constituídos pelos camponeses da agricultura familiar do Amapá seriam demonstrados, a partir do modo de organização política tomado pelo grupo, ao imprimirem seu discernimento moral, ético, estético e cultural ligados ao campo e as suas localizações. Esse modo de manifestação dos lugares dos camponeses combina com o pensamento de Holzer ao alertar: “é importante que as experiências dos sujeitos necessitam de tempos contínuos e longos, para se instabilizarem, além de um envolvimento emocional dos sujeitos com o mundo vivido, para se transformar em um lugar verdadeiramente (HOLZER, 1999, p. 72).

Essa afirmativa permite compreender que, a estabilidade das experiências leva-nos a relacionar tempo e lugar, numa relação contínua, mesmo quando o lugar é visto como pausa no movimento do espaço, isso não significa que o lugar esteja atemporal, mas, continuamente exprime relações inseparáveis entre espaço e tempo, transformando-se em um polo estruturador das relações sociais dos camponeses, como fatores de aproximação ou de distanciamento destes sujeitos entre si e entre os seus lugares. Tais experiências permitem assegurar a enorme possibilidade para expressar a natureza dos lugares, dos camponeses do Amapá, a partir do modo de organização das suas vivências com o ambiente e, com as suas comunidades e com as comunidades do seu entorno.

Daí a importância dos deslocamentos, realizados por eles, dentre as diversas missões, conectando-se à sua clientela local e, às demais comunidades, no sentido de experienciar, outros lugares como aprendizados na organização tradicional, para a compreensão do mundo vivido. Todavia, devendo ser orientado, a partir de uma variedade

de escala, em termos experienciais, ao mesmo tempo, obedecendo um limite característico com a estrutura interna e com a sua identidade comunitária (POCOCK, 1981 citado por HOLZER, 1999, p. 74).

Esse movimento e atitude dos camponeses do Amapá, permitem certificar que a tradição camponesa é um dos instrumentos que pode caracterizar a estrutura interna e a identidade comunitária, a partir da memória, como uma das ferramentas que gera, o ambiente geográfico, para efetivar e compreender os lugares. Por causa dessa forte convicção, Holzer demonstra ser inadequado a utilização do lugar descaracterizado de suas qualidades espaciais e geográficas, transfigurado em um mero símbolo não-espacial denominado “lugar de memória” ou “lugar distinto” porque em função disso, deduzem-se que não haveria lugares se a memória não fosse transposta para a história”. Na verdade, essas formulações caminham mais, na direção da “não constituição do lugar” do que como lugar propriamente dito, como foi caracterizado por (HELPH, 1976 citado por HOLZER, 1999, p. 75).

Essas dúvidas, sobre o sentido e o significado dos lugares constituídos pelos camponeses, continuamente se mostraram “normais”, para os agentes constituidores das políticas públicas. A inercia desses agentes contribui fortemente para a perda do potencial dos saberes e das experiências desses sujeitos, para a implementação do equilíbrio e do desenvolvimento da agricultura familiar. Será, portanto, sempre uma decisão política.

Pois o lugar mesmo desprezado do entendimento da sua natureza, o que deve ser constatado, são lugares manifestados a partir das experiências dos sujeitos com o seu ambiente, potencializando-nos de todas as informações e mecanismos de vivências enquanto decisões políticas coletivas destas comunidades. Essa percepção combina com o pensamento de Holzer ao propor que se defina o lugar sempre como um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem, mas que nunca seja reduzido a um símbolo despido de sua essência espacial, sem a qual torna-se outra coisa, para a qual a palavra “lugar” é no mínimo inadequada (HOLZER, 1999, p. 76).

Nesse sentido, o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, pode estar norteado não só, a partir da ideia de locale, mas, também de outras dimensões as quais intrinsecamente contribuíram para a edificação e o sentido de lugar (sense of place), referindo-se às maneiras como as experiências e a imaginação humana se apropriam das características e das qualidades físico-material (physical characteristics and qualities) da localização geográfica e das outras dimensões constitutivas desta categoria. Em função destes aspectos, as imaginações dos sujeitos têm permitido mostrar que as abordagens fenomenológicas do lugar têm tendido a enfatizar os modos como os indivíduos e as comunidades desenvolvem ligações profundas com os lugares por meio das experiências, da memória e das intenções RELPH (1976) citado por SOUZA, 2013, p. 114). Os desenvolvimentos destas ligações profundas impulsionam a manifestação dos elementos que caracterizam a natureza dos lugares dirimidas, a partir das decisões coletivas destes

sujeitos, enquanto modo próprio de organização política não formal, dos camponeses.

As ideias desse autor se reforçam ainda, no dizer de Souza (2013, p. 114), quando trabalha essa categoria mostrando outras formas de entendimento, as quais vem se firmando com mais abrangência em seu plano conceitual desde a década de 1970 até nossos dias:

“O lugar tem que ser compreendido como espaço percebido e vivido, dotado de significado com base no qual desenvolve-se e extrai-se os “sentidos de lugar” e as “imagens de lugar”. “essa acepção se estabeleceu fortemente e, a geografia brasileira também já está acostumada com ela”

Nesse caso, é possível perceber que Souza trabalha o conceito de lugar não só priorizando a dimensão do poder, enquanto estratégias de controle e manipulação do território, a qual sempre foi a forma de controle político adotada pela hegemonia mundial, mas, imediatamente amplia o plano, à dimensão cultural-simbólica, em que, a partir desta abordagem, explora as questões que envolvem as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas que se encontram agregadas ou intrínsecas à construção de imagens e dos sentidos dos lugares constituídos pelos camponeses da agricultura familiar do Amapá, como espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significados e marcadas pela dinâmica das ações do homem do campo ou seja, “o lugar está para a dimensão cultural-simbólica assim como, o território está para dimensão política” (TUAN (1980) citado por SOUZA, 2013, p. 115)

Importante também é a referência que se faz sobre os espaços constituídos enquanto comunidades, bairros ou região cuidadosamente valorizados enquanto lugares, quando se refere as suas conexões com as políticas públicas de cunho participativa, no caso a interação, dos saberes e das experiências dos camponeses do Amapá em que, apesar da pouca conexão e do pouco aproveitamento ao equilíbrio e ao desenvolvimento das políticas públicas socioambientais, no direcionamento das ações camponesas na agricultura familiar, no entanto estes saberes tradicionais podem apresentar enorme possibilidades em integrá-las, sobre vários aspectos do cotidiano dos indivíduos, no sentido de melhor qualificá-las.

Conexões espaciais para fins de planejamento e de gestão não formal, constituídas por camponeses e promovidas pelo Estado, ao considerar sua abrangência no âmbito de movimentos sociais participativos, representarão, a valorização destes espaços e a manifestação da essência dos lugares, na medida em que não forem definidos meramente por meio de critérios técnico ou recortes da própria natureza (SOUZA, 2013, p. 116/117).

Nessa perspectiva já é possível entender o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, enquanto categoria geográfica tendo como fundamentos desde a década de 1970, abordagem da chamada, geografia humanística, de inspiração fenomenológica, a qual proporcionou ressaltar que o sentido e o termo lugar também politicamente, já transcendeu a tempo, os limites de uma única vertente de pensamento da geografia.

Isso permite mostrar que, o lugar dos camponeses do Amapá, também, é um espaço dotado de uma diversidade de significados, um espaço vivido e experienciado

politicamente não formalizado por eles, ou seja emite sentido mais amplo. Isso porque os lugares têm que ser entendidos, como imagens espaciais em si mesmas, ou seja, não deve ser assimilado somente por meio do substrato espacial material. De tal maneira em que, lugares, territórios, região só existirão enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções espacializadas (SOUZA, 2013, p. 117).

A crítica sobre a geografia humanística nos anos de 1970, feita por Oslander (2004) citado por Souza (2013, p. 15), sobre lugar como um “derivado de modos de vidas tradicionais e de uma solidariedade social” estabeleceu um autêntico sentido de lugar, quando estudos em aldeias, em cidades dentre outros espaços, demonstraram a crescente perturbação sofrida por estas comunidades, em função dos contatos com a modernidade e com as suas especificidades locais, em favor da homogeneidade global.

Estes resultados demonstram indícios, da pouca ou quase ausência da conexão dos saberes desenvolvidos pelos camponeses da agricultura familiar e, tão pouco dos seus lugares constituídos por meio das práticas e das experiências das suas comunidade tradicionais, no equilíbrio e no desenvolvimento das atividades agrícolas familiares, assim como, na dimensão do poder mais imediatamente perceptível da dimensão cultural-simbólica, envolvendo as identidades, as intersubjetividades e as trocas simbólicas, na construção de imagens e dos sentido dos lugares dos camponeses, politicamente.

Ao contrário de Harvey ao desconfiar da ideia de “lugar”, Souza defende que “impor as naturezas dos lugares e dos territórios, à revelia do que pensa e sente as comunidades, tende pelo menos ser algo inteiramente contraditório as decisões políticas de participação popular (SOUZA, 2013, p. 16). Porque o que está em jogo na contemporaneidade é muito mais a presença sorrateira de um tecnocratismo e de uma insensibilidade espacial, mais que propriamente uma intenção motivada por princípios democratizantes de afrontar identidades tradicionais, dentre elas os saberes tradicionais desenvolvidos pelos camponeses do Amapá, os quais historicamente continuam resistindo, na defesa e na permanente constituição e reconstituição dos seus lugares, tais quais seguindo o seu modo próprio de vida.

importante ressaltar também que a pouca valorização, o pouco conhecimento, a desconexão e a negação dos saberes e das experiências dos camponeses da agricultura familiar já se agregavam as estratégias aplicadas desde a primeira metade do século XX, por meio da geopolítica de controle dos territórios e porque não dizer do controle, dos lugares dos camponeses, justificando qualquer reivindicação, tal qual que não atendessem em primeiro plano os objetivos e o controle socioeconômico, dos seus substratos.

Esse tratamento dispensado às comunidades tradicionais por meio das estratégias de controle do poder ditado pela hegemonia mundial, pode ser reforçado por meio do pensamento de George (1980, p. 12), quando diz: “a dualidade entre uma visão geográfica estritamente explicativa e, uma geografia prática posta a serviço da posse do território pelos aparelhos militares, políticos e econômico aparece já desde o princípio”.

Estas evidências demonstram que o planejamento e a gestão pública carecem de novos mecanismos para se aperfeiçoarem, em função de que os saberes e as experiências dos camponeses da agricultura familiar, os quais movem o modo de vida das diversas comunidades, estão pouco conectados ao perfil de políticas públicas de cunho inclusivas, assim como, pouco integradas às concepções e aos programas de ações individuais e coletivas, no sentido de proporcionar o equilíbrio e o desenvolvimento do processo de ampliação e da qualidade dos lugares constituídos pelos camponeses do Amapá.

Isso pode significar que a percepção e o norteamo dos encontros e desencontros sobre as várias concepções na formação e no sentido de lugar, nos indica que as identidades socioespaciais fortes, não se restringem apenas a escala local, mas, a uma diversidade de pontos constituídos também por distâncias diversas, as quais permitem duvidar ainda, de como se fundem as vivências nos dias atuais mediadas por informações e imagens geradas em locais distantes e próximos.

Isso quer dizer que, o importante é considerar a existência de níveis de lugaridades e de organização política dos indivíduos, os quais não obedecem a uma hierarquia pré-fabricada, mas, constituídos coletivamente a partir do seu jeito de viver. Isso levar-nos a entender que, para um determinado indivíduo ou para certas comunidades, a região, os lugares são referenciais indenitários fortes, ao contrário, para outros pode ser o inverso. No entanto, o jeito mais acertado de se compreender o lugar é antes mesmo compreender os níveis de lugaridades, os quais se alteram de acordo com a posição dos sujeitos, o que Souza (2013, p. 128), chama “de insider ou outsider”, evidenciando que: “conforme passar o tempo e hajam as mudanças na vida, fazem com que o mesmo lugar no espaço, seja visto de modos distintos”.

Estas maneiras de se compreender os lugares demonstram a conexão entre os saberes desenvolvidos pelas comunidades tradicionais dentre elas os camponeses da agricultura familiar e o pensamento de Tuan, o qual levanta a seguinte questão sobre o lugar: o que dá identidade e aura a um lugar? Essa dúvida, sugere para ele que “lugares são centros aos quais atribuímos valores e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (TUAN 1980, p. 4). Nesse caso, os saberes e as experiências tradicionais desenvolvidos pelos camponeses do Amapá podem ser considerados “diferente”, mas também, apresentam um potencial de recursos, dos quais podemos extrair e interpretar com fidedignidade seus conteúdos e potencialidades, no sentido de impulsionar o equilíbrio e o desenvolvimento socioambientais, do Estado, a partir da agricultura familiar e das suas comunidades agrícolas.

Considerando as habilidades humanas, percebe-se que há necessidades de se encontrar maneiras de se compreender, como os sujeitos atribuem o significado e o sentido de organização do espaço e do lugar dos homens do campo, dos quais fazem parte. Nessa ansiedade um dos elementos mais importante para fundamentar o entendimento humano nestes ambientes pode ser a utilização da cultura. Ela influencia intensamente

o comportamento e os valores humanos, desde que sejam levados em conta, os traços comuns que transcendem as particularidades culturais e, portanto, reflitam as condições humanas no mundo vivido. Isso demonstra a possibilidade em que temos de acessar aos estados de espírito, aos pensamentos e aos sentimentos humanos trabalhados pelos camponeses da agricultura familiar, enquanto decisões políticas de ações não formais, no sentido de obter-se uma visão mais ampla dos fatos ou acontecimentos, vivenciados na realidade do campo.

Conforme Tuan não se trata de descrever um manual sobre as influências da cultura nas atitudes humanas em relação ao espaço e ao lugar dos sujeitos, mas, sim, evocar a cultura em sua infinita diversidade, levando em conta as questões gerais sobre as aptidões humanas, as suas capacidades e as suas necessidades, e como a cultura acentua ou as distorce estas potencialidades humanas (TUAN, 1980, p. 7). No caso dos saberes e das experiências dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, historicamente têm proporcionado elevadas contribuições, para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioculturais e ambientais, das comunidades rurais, mas, no tocante, pouco tem sido reconhecido e pouco valorizado por parte dos gestores das políticas públicas de modo geral.

De modo em que não se pode esquecer das ricas informações derivadas dos saberes e das experiências dos sujeitos, dentre os quais está o modo próprio de organização política não formal, articulando-as entre as diversas áreas do conhecimento, intrincados nos mundos das experiências humanas, podendo ser expressos a partir da sintetização dos insights humanísticos, expondo-os aos sistemas conceituais de maneira claras, no sentido de que possam compreender também as suas abstrações, as quais fundamentam a concepção de lugar, as noções geopolíticas e as suas bases materiais e simbólicas, numa implicação política de constituição do mundo vivido e experienciado por estes sujeitos camponeses, constituindo, a natureza concreta e abstrata dos seus lugares.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá de maneira geral, pode ser uma das alternativas para se perceber a conectividade desta categoria geográfica, gerando a dinâmica da ordem global a partir da compreensão das funções manifestadas pelo conjunto de elementos que constitui a sua natureza. Uma das condições importante durante os estudos em geografia sobre determinados segmentos sociais é a definição de categorias geográficas capazes de proporcionar elementos que certifiquem a natureza do objeto de estudo em questão, todavia, ainda são muitas as dúvidas e interrogações que acompanham o processo de compreensão e de organização dos lugares constituídos pelos sujeitos camponeses na contextualização do modo de produção natural e do modo de produção social, enquanto condição ímpar, para a existência humana e do saber geográfico.

Isso pode significar que ao estudar determinadas categorias que sustentam os aspectos geográficos, no caso o lugar e o espaço, as dúvidas sobre as suas naturezas, assim como os limites entre as categorias de estudos geográficos ainda são indefinidas. No entanto muito já se avançou, em geografia, no sentido de se esclarecer fundamentalmente sobre a natureza constitutiva dos lugares e de outras categorias geográficas, condições que tem sido bem exploradas, a partir dos estudos pautados pela abordagem fenomenológica, a qual parte do princípio de que o seu fundamento, base para esclarecimento dos fatos é do mundo vivido e experienciado pelos sujeitos. Isso pode justificar a constante contribuição e os avanços nas abordagens geográfica, ao incluir outras formas de organização sociopolítica não formal, que até certo ponto tem assegurado as demandas dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, para a promoção do bem-estar coletivo e comunitário.

De modo em que na tentativa de entender o lugar dos camponeses da agricultura familiar do Amapá, e as suas contribuições para o equilíbrio e para o desenvolvimento socioambientais, um dos aspectos importante é o reconhecimento de pertencimento por parte dos sujeitos camponeses, das diversidade materiais e imateriais existentes nos lugares, os quais se constituem, a partir dos saberes aplicados por eles, por meio das suas práticas e das suas experiências, enquanto base fenomenológica dos saberes não formais e intelectuais, todavia apresentando enorme potencial para a compreensão da natureza dos lugares e conseqüentemente para a compreensão da natureza do saber geográfico, produzido por meio das experiências cotidiana desenvolvidas pelas populações originárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. Contexto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

BERNARDES, Antônio. **Quanto às Categorias e aos Conceitos**. Revista Formação Online, nº 18, vol. 2, p. 39-62, jul. /dez, São Paulo, 2012.

GEORGE, Pierre. **Problemas, Doutrina e Método**; In: GEORGE, Pierre; LACOSTE, Yves; GUGLIELMO, Raymond; KAYSER, Bernard. In: **A Geografia Ativa**. Difel. São Paulo, Rio de Janeiro, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo, Hucitec, 1989.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar. Perspectivas das Experiências**. Tradução Livia de Oliveira. Difel. São Paulo, 1983.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar**. Revista Território, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul/dez. 1999.

RELPH, Eduardo C. **As bases Fenomenológicas da Geografia**. rev. geografia. ISSN-7912, VOL. 4, nº 7, p. 1-25, CAPES, São Paulo, abril, 1979.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Socioespacial. **Lugar e (re[S]) significação espacial**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos Camponeses. Leitura a partir do México profundo**. Trad. M^a Angélica Pandolfi. São Paulo, cultura acadêmica, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022